



Anais da Assembléia

N.º 66

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 1º DE JUNHO DE 1977.

ANO III

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 97ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 1º DE JUNHO DE 1977.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ernesto Gnoato, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Rosário Pitelli.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 09/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem do Poder Executivo número 56/77, ex-Proposição número 143/77 — aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o município de Jandaia do Sul, objetivando articulação entre o Governo Federal, Estadual e Município, na Assistência Técnica e Financeira, visando a melhoria da rede Municipal de Ensino de primeiro grau. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 02, quinta-feira, às 14,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 63/77. Levanta-se a sessão.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 98ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 01 DE JUNHO DE 1977.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Domício

Scaramella.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Del Ciel, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Augusto Carneiro e Wilson Fortes (49); achando-se ausentes os Senhores Deputados: Adalberto Daros, Deni Schwartz, Fidelcino Tolentino, Fuad Nacli e Osvaldo Macedo (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO O.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está em discussão a ata. — (Pausa).

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência defere a questão de ordem do Sr. Deputado e, solicita ao Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados para constatação de quorum.

(É procedida a chamada dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Responderam a chamada 30 Srs. Deputados.

Está em discussão a ata. — (Pausa). — Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a aprovada.

O Sr. Primeiro Secretário lerá o expediente, que se encontra sobre a Mesa.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob o número 65/77, do Senhor Governador do Estado, que em conformidade com o preceito contido no art. 22, inciso I, "in-fine", da Constituição Estadual, solicita a esta augusta Assembléia Legislativa, autorização no sentido de que o Doutor Octávio Cesário Pereira Júnior, Vice-Governador do Estado, possa ausentar-se do País, no período compreendido entre 8 a 14 de junho próximo, a fim de representar o Governo do Estado nas solenidades de inauguração das novas instalações da sede do Banco do Brasil em Buenos Aires, Argentina. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o número 338/77, do Senhor Leonildo de Souza Grotta, Presidente da Câmara Municipal de Goioerê, ao qual agradece a maneira cordial e cavalheiresca com que foi recebida a comissão composta por membros da Aliança Renovadora Nacional, como do Movimento Democrático Brasileiro, com que se dirigira à esta Capital buscando desempenhar fielmente, não só a função que lhes foi delegada pelo voto popular, mas, tam-

bém, realizar um dos maiores sonhos daquela região, que é a criação dos Distritos Administrativos de Rancho Alegre e Bandeirantes do Oeste.

Na oportunidade, agradecem a acolhida e o empenho no sentido da votação urgente do Projeto de Lei 161/75, de autoria do nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes.— **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o número 99, do Senhor Pedro Leal, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, comunicando que aquela Assembléia Legislativa, em sessão realizada em 5 do mês próximo passado, aprovou o Requerimento 111/77, de autoria do Deputado Antônio Jacques Soares e também subscrito por outros parlamentares, fazendo veemente apelo no sentido de que o Funrural, pelos excelentes serviços que vem prestando à população rural brasileira, seja mantido em sua atual estrutura de funcionamento e, conseqüentemente, excluído de unificação dos serviços de Previdência Social, preparada e encaminhada à Presidência da República pelo Ministério da Previdência e Assistência Social.—**Ao conhecimento da Casa.**

Sob o número 04/77 do Senhor José Claudino da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Osasco, no qual encaminha cópia xerografada do Requerimento 481/77 de autoria do edil Augusto José Portella e outros, manifestando a contrariedade daquela Ex-Municipal pela permanência, ainda, na cidade do Rio de Janeiro da Confederação Brasileira de Desportos.—**Ao conhecimento da Casa.**

REQUERIMENTO:

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive no uso de suas prerrogativas legais, requer após ouvido o Plenário, a dispensa de pauta para o Projeto de Lei 34/77, considerando que o mesmo já recebeu de todas as Comissões Técnicas os competentes pareceres.

Sala das Sessões, em 01 de junho de 1977.

(a) Luiz Roberto Soares.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, seja consignado um voto de regozijo pela eleição da Srta. ROSILENE BERNARDELLI DE DOGOY, representante da cidade de CASCAVEL, como "Rainha do Soja de 1977".

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1977.

(a) Fidelcino Tolentino:

JUSTIFICATIVA:

Participando de concurso realizado na cidade de Ponta Grossa, juntamente com candidatas representantes de outros 42 municípios paranaenses, a Srta. ROSILENE BERNARDELLI DE GODOY foi eleita, sábado último, "Rainha do Soja 1977".

Esse título é alvitreiro para a micro-região de Cascavel, principal produtora de soja, que agora recebe, na pessoa de sua representante, essa significativa homenagem.

Na qualidade de representante daquela região nesta Casa, não poderíamos deixar de registrar esse fato, augurando que a promoção de nossos produtos agrícolas, através de belas "Rainhas" seja incentivada e traga reais benefícios ao nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Valter Pietrângelo, que ao final subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a inserção em ata de voto de louvor endereçado à

ADEA — Associação de Defesa e Educação Ambiental —, sediada nesta Capital, pelo lançamento da campanha do plantio de Pinheiros.

Sala das Sessões, em 01 de junho de 1977.

(a) Valter Pietrângelo.

JUSTIFICATIVA:

É deveres oportuna e grata a iniciativa levada a efeito pela ADEA — Associação de Defesa e Educação Ambiental, que objetiva sobretudo, o incentivo ao aumento do plantio de pinheiros.

Covardemente acostumamo-nos a assistir estáticos, o irracional derrubar de nossas matas, o que fatalmente transformará em futuro muito próximo, nossa tão decantada verde Pátria, em árido e estéril deserto.

Praticamente, o homem vem cavando de forma célere e desenfreada seu próprio túmulo, e nele será sepultado sem a proteção da madeira que também foi seu berço.

É necessário que outras vozes façam coro ao brado de alerta da ADEA e que os responsáveis pelos destinos da Nação atentem para os crimes perpetrados impunemente contra nossa mãe-natureza.

Assim perdurando esse estado de coisas, seremos, inapelavelmente amaldiçoados pelas gerações futuras, herdeiras de uma terra vazia, descolorida e infrutífera.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, que se oficie ao Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A. e Banco Central, solicitando novos estudos para a instalação de uma agência do referido estabelecimento bancário na cidade de Sertaneja.

Sala das Sessões, em 01 de junho de 1977.

(a) Rosário Pitelli.

JUSTIFICATIVA:

A instalação de Bancos Oficiais nos municípios onde se destaca a agricultura, é uma imperiosa necessidade.

Operando em faixa ampla, os Bancos Oficiais propiciam um maior desenvolvimento não só na agricultura, mas de um modo geral em todos os setores da vida municipal.

Entre tantos municípios de extraordinário progresso destaca-se Sertaneja, hoje considerado como município de maior índice de produtividade agrícola.

Sua vida, sua gente, é uma das páginas mais belas do esforço, do trabalho pioneiro do desbravamento da região; do lançamento de ancoradouros familiares que deram origem a uma população trabalhadora, inteligente, culta e com profundo sentimento de devoção a Deus.

Seus estabelecimentos agro-pastoris e industriais, seu comércio, tudo é uma síntese de um Paraná em tempos novos dentro de uma área brasileira que se lança para o progresso, para a frente.

Dos primeiros municípios a se dedicar à lavoura de soja e trigo, sem prejuízo do café, algodão e da pecuária, é uma área econômica que gira mais em torno de outras cidades.

Há portanto, uma lacuna a ser preenchida, no setor econômico financeiro: — a instalação de um Banco Oficial, ou seja uma Agência do Banco do Estado do Paraná S/A. — essa alavanca do progresso paranaense.

Todos os estudos profundamente realizados justificam tal medida.

Entretanto, talvez por não haver sido considerados diversos fatores, foi divulgado falta de viabilidade econômica para a instalação de Banco Oficial.

Entendemos por isso que talvez não tomaram em con-

sideração que as centenas de proprietários fazem sua média bancária em estabelecimentos de outras cidades, como Assis (no Estado de São Paulo), Londrina e Cornélio Procopio, dadas as dificuldades, os incentivos dos mesmos à lavoura, pecuária, indústria e ao comércio, por decisão do próprio Governo da União e do Estado.

Não deve ter sido tomado em consideração que os depósitos efetuados na única Agência Bancária existente na cidade, são muito aquém das cifras somadas pela totalidade da comercialização de seus produtos, e que a diferença entre os recursos captados pela única Agência e a soma dos efetivamente apurados se encontra distribuída nos municípios aqui referidos, nos quais se operam a maioria de suas transações.

Sertaneja precisa pois, e com certa brevidade, da instalação de uma agência do Banco do Estado do Paraná S/A.

A sua concretização é compromisso sério de todos nós, do seu Prefeito municipal Miguel de Souza, do Legislativo e da própria comunidade que confia e solicita ao Banco Central, que determine um novo estudo para tal fim, mas que o faça por sua largueza de vistas para o futuro, com a colaboração de membros das forças produtivas e econômicas daquele município.

Diante do exposto, requeiro a esta Casa de Leis, uma vez aprovado pelo Plenário, que se oficie ao Banco Central e ao Banco do Estado do Paraná, no sentido de ser feito novo estudo, para ser instalada na progressista cidade de Sertaneja, uma Agência do Banco do Estado do Paraná S/A.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado ao final assinado, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado, atendendo reivindicação da Câmara Municipal de Maringá, seja informada esta Casa, do amparo legal da decisão tomada em Assembléia Geral Ordinária da Telepar, de não proceder o pagamento de dividendos as Ações Ordinárias daquela empresa, estatal, correspondente aos exercícios financeiros de 1975 e 1976.

Sala das Sessões, em 01 de junho de 1977.

(a) Antônio Facci.

JUSTIFICATIVA:

A Câmara Municipal de Maringá, denuncia o procedimento da Telepar, que nos exercícios financeiros de 1975 e 1976, deixou de pagar dividendos às Ações Ordinárias daquela empresa estatal, por decisão tomada em Assembléia Geral.

Quer saber o povo de Maringá, através seus vereadores, se é legal tal procedimento.

Não estando sujeitos os órgãos Federais e Estaduais a fornecerem informações a nível municipal, pois, como é sabido, as Câmaras Municipais somente podem tratar de assuntos atinentes aos municípios, apelam os senhores vereadores de Maringá, ao Poder Legislativo Estadual, para que proceda o pedido de informações que firmamos.

Juntamos ainda, cópia do expediente oriundo da Câmara Municipal de Maringá, para que as informações colhidas, possam satisfazer exatamente as indagações daquela Casa de Leis.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa., que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Jayme Canet Júnior, no sentido de que sejam tomadas providências proibindo a saída do Estado, de madeiras em toros, de qualquer espécie.

A medida se impõe, com toda a urgência, tendo em vista já a escassez de nossas reservas e a voracidade com que

vem agindo firmas de outros Estados na compra de madeiras em toros em nosso Estado, especialmente na região centro-oeste, compreendendo Guarapuava, Pinhão, Laranjeiras do Sul, Pitanga e outros municípios, de tal sorte que em breve tempo, as indústrias aqui instaladas já não possuirão mais matéria prima para prosseguir nas suas atividades, o que trará reflexos negativos de ordem social.

Ressalta-se que em outros Estados, já foi tomada idêntica medida, não só com a finalidade de preservação das reservas, como também para garantir a continuidade das atividades de empresas do ramo madeireiro, cuja paralização produzirá consequências inclusive de ordem social.

Além do aspecto aventado, há que atentar também para o fato de que a saída da madeira em toros causa prejuízo ao Estado no que diz respeito à arrecadação de impostos, pelo óbvio da sua não industrialização.

Sala das Sessões, em 01 de junho de 1977.

(a) Lineu Turra.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado Ofício ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, solicitando abertura de CONCORRÊNCIA PÚBLICA para funcionar uma linha de ônibus de Curitiba — Cruz Machado — Foz da Areia — Pinhão — Guarapuava.

Sala das Sessões, em 01 de junho de 1977.

(a) Domício Scaramella.

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista as péssimas condições da empresa que serve atualmente União da Vitória-Cruz Machado-Foz da Areia, não proporcionando conforto, nem garantia a seus usuários, é justo pois, que aquela região tenha um transporte mais humano.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "O eminente Ministro da Educação, Sr. Ney Braga, em lacônica nota à imprensa, afirma ser ilegal o encontro dos estudantes brasileiros em Belo Horizonte.

É evidente de que todos têm a responsabilidade de acatar a lei.

Ninguém pode fazer alguma coisa se a lei o proibir, como ninguém será obrigado a fazer se a lei não o exigir.

Como a nota do Ministro não disse qual a lei que proíbe os estudantes de se encontrarem, evidentemente fora do âmbito ou do campus universitário, ficou difícil o entendimento da ilegalidade apontada.

Pelo que consta os estudantes não pretendem reorganizar a UNE, mas simplesmente debaterem a atual crise estudantil com as punições de estudantes indiscriminadamente efetuadas pelas universidades e as prisões acontecidas.

Mesmo a mais ampla interpretação da Lei de Segurança Nacional, Art. 43, não caracteriza o encontro como criminoso ou ilegal, onde pois, existe lei que impeça o cumprimento e as garantias constitucionais do art. 153, § 27 e 28, que preservem o direito DE REUNIREM-SE SEM ARMAS e a LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO PARA FINS LÍCITOS?

Porque outras categorias sociais podem se reunir para tratar de seus problemas classistas e aos estudantes não é reconhecido o princípio basilar do Estado de Direito, de QUE TODOS SÃO IGUAIS PERANTE A LEI? Ou os ESTUDANTES são prescritos da CIDADANIA BRASILEIRA?

Entendo a preocupação do Minsitro e sei das grandes

dificuldades em conduzir seu Ministério, porém, antes de ser policial a advertir com a sanção, entendo que Sua Excelência deveria ser educador e procurar aproximar-se da nossa juventude, não só permitindo a realização do encontro, mas facilitando nele a presença dos nossos estudantes e o próprio Ministério da Educação participando ativamente dos debates.

Se isso fosse feito, incidentes não se registrariam, estar-se-ia estimulando a participação responsável e objetiva dos jovens para levantarem o verdadeiro e real estado do ensino universitário.

Se isso fosse feito, certeza tenho, que os estudantes brasileiros veriam no nosso eminente Ministro, não um simples proibidor e cumpridor da lei, mas a figura de um EDUCADOR, de um LÍDER, e de um homem seguro da missão que desempenha, porque usa o diálogo e não as ameaças e reprimendas.

Reprimir a juventude não é a melhor política da educação.

Desconhecer os graves problemas do ensino brasileiro não é o melhor método para engajar a juventude no processo revolucionário.

Simplesmente proibir, quando se pode conduzir é deseducar.

Educar-se com diálogo, compreensão e idéias, jamais a ferro e fogo".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na manhã de hoje, participamos de invulgar reunião levada a efeito nas dependências do Círculo Militar, em Curitiba, juntamente com centenas de personalidades de nossa sociedade que se dedicam ao desenvolvimento da promoção humana e da assistência social.

Participaram dessa reunião: a 1a. Dama, D. Lourdes Canet, nobre "patronesse"; o Sr. Vice-Governador; o Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, Dr. Arnaldo Busato; eminentes Srs. Deputados e outros destacados nomes da vida política e social do nosso Estado.

Essa reunião foi em função do nominado "Dia do Calor Humano".

Já o ano passado, a experiência foi feita e os resultados foram notórios, não apenas no atendimento das entidades que se fizeram representar naquela ocasião, mas também no melhor entrosamento entre as mesmas.

Sem dúvidas, o "Dia do Calor Humano", que, hoje, está sendo festivamente comemorado pela segunda vez, proporcionará bem estar a milhares de pessoas, nos mais diferentes pontos do Estado do Paraná, levando um pouco de alento a famílias que se encontram angustiadas.

Por isso, destacamos o acontecimento e acentuamos o esforço do Sr. Secretário, Dr. Arnaldo Busato que, realmente, têm sido sensível aos problemas apresentados pelas entidades criadas pelo espírito voluntário e altaneiro das senhoras de nossa sociedade, dos cidadãos desprendidos, das organizações religiosas e que, efetivamente, têm cumprido seu papel na promoção do bem estar social e espiritual de nossa gente.

Oxalá que outros dias do "Calor Humano" se estabeleçam para que sejam minimizados os aflitivos problemas que, diariamente observamos, também nesta Casa do Povo, que envolvem pessoas que não têm sequer onde morar, ou o que vestir para se protegerem do frio que, muitas vezes, chega até a causar a morte.

Acreditamos, sinceramente, que as autoridades e o povo paranaense darão o devido apoio a outros acontecimentos desta natureza para o bem da própria população.

Muito obrigado — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Com a palavra o quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr.

Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Neste último fim de semana quando visitava o Interior do Estado, em contáto com os Srs. Vereadores, com Prefeitos, Vice-Prefeitos, tivemos a oportunidade de ouvir e sentir o contentamento dos Prefeitos e Vereadores pela maneira com que vem conduzindo S. Exa. o Sr. Governador do Estado no atendimento à coisa pública.

Procurando, em todos os setores, marcar a presença constante do Governo.

Mas pude sentir também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é nossa atribuição mas é nossa obrigação alertar, fazer um apelo em nome daquele que trabalha, em nome da classe produtora que passa por momentos difíceis.

Não sei se há falta de sensibilidade, o que pudemos tomar conhecimento, no ano passado quando lançou a contribuição do empregador rural cujo recolhimento deveria ser feito ao Funrural e que foi prorrogado para dezembro por ser o primeiro lançamento que se fazia, para nossa surpresa, nós tomamos conhecimento agora, nesta viagem que fizemos ao Interior, de que estes agricultores que deixaram de recolher as contribuições referentes a 1977 já estão pagando multas e correções monetárias porque venceu em 30 de março.

Vejam bem, Srs. Deputados, o agricultor que de dezembro para cá até março nada havia colhido, recolheu uma contribuição no mês de dezembro e em março a mesma contribuição.

O não recolhimento já acarretando juros e correções monetárias.

Contribuição esta que varia de mil e duzentos cruzeiros a onze mil, cento e sessenta cruzeiros.

É preciso que se faça um apelo, o que fazemos neste momento ao Ministro da Previdência Social para que baixe um ato prorrogando também, neste ano de 1977, o prazo para recolhimento dando a oportunidade para que o agricultor possa, pelo menos, colher o seu produto.

O soja que é comercializado, na sua maior parte em maio e junho, o café que vem em setembro.

O agricultor que está acostumado a recolher os seus impostos, as suas taxas, no ano, que nunca se preocupa em que deve ser neste ou naquele mês e que deixou de pagar em março, está certo de que, pagando até dezembro está cumprindo com a sua obrigação.

Assim foi no ano passado.

É preciso que haja uma prorrogação, para que haja um equilíbrio, que, este ano seja prorrogado até setembro e, no ano que vem então, haverá prazo.

Mas mesmo assim, cobrando este ano no mês de setembro, no ano que vem é preciso que determine outra data porque no mês de março não existe nenhuma arrecadação por parte do agricultor e já nos meses de janeiro, fevereiro e março, o agricultor está sem recursos e com dificuldades, ele necessita às vezes até fazer empréstimo, para recolher uma contribuição desta.

Tomei conhecimento, num município, de que uma família que tem várias propriedades dirigidas por um dos irmãos cujo irmão é o responsável pelo recolhimento de todos os impostos dos demais irmãos, em dezembro recolheu 52 mil cruzeiros; não tinha condições de recolher agora, no mês de março, os outros 52 que já é mais, porque no ano passado a contribuição mínima era Cr\$ 840, e a máxima Cr\$ 6.800,00, este ano é 1.200 e a máxima 1.160 cruzeiros.

Deixamos aqui o nosso apelo ao Funrural para que reestude e que possibilite que o agricultor possa pagar sem juros e correção monetária, esta contribuição devida até o mês de setembro, possibilitando assim, que todos cumpram com o seu dever, sem ter que arcar com as despesas de juros e correção

monetária.

Já reclamamos há poucos dias, o confisco cambial; nós estamos vendo agora também o sofrimento do agricultor que está colhendo seu algodão, cujo levantamento, completo, traremos na próxima semana, de, quanto custam os insumos, fertilizantes, etc., trabalho de colheita, e o resultado.

É preciso trabalharem muito, para sair empatados.

Muito obrigado.— (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É com satisfação que nesta oportunidade pretendemos nos congratular com o Governador Jayme Canet Júnior, porque já dissemos inúmeras vezes, desta tribuna, que este Governo, que o Governo Canet já está definitivamente identificado com o homem do Interior.

Hoje, voltamos, Sr. Presidente, para, novamente, desta mesma tribuna, dizer que Jayme Canet Júnior cada vez mais se identifica com o homem do campo, com o homem da agricultura.

Senão vejamos, Sr. Presidente: o Governo do Estado do Paraná se instalará dias 3 e 4 do corrente, na cidade de Campo Mourão, e justamente, Sr. Presidente, o Governador, que pensa como nós, que talvez seja também um municipalista como nós, escolheu e escolheu muito bem, aquele município, porque entendemos que Campo Mourão hoje, inegavelmente, é o maior produtor agrícola do Estado do Paraná.

E ainda mais, Sr. Presidente, se considerarmos que a micro-região CONCAN abrange 19 municípios circunvizinhos e, conseqüentemente, a maior micro-região do Estado do Paraná.

Então, nada mais justo do que o Governador Jayme Canet Júnior escolher para instalar, primeiramente, o seu Governo no interior, o Município de Campo Mourão.

Sr. Presidente, Campo Mourão, município modelo do Estado do Paraná há anos atrás.

Hoje, por razões que desconhecemos até, não vem figurando dentre aqueles municípios que ocupam as páginas dos nossos jornais, as nossas televisões e manchetes.

Mas, é preciso, Sr. Presidente, que o Governo Jayme Canet Júnior que quase todas as semanas percorre o interior do Estado do Paraná e, eu tenho certeza que foi numa dessas suas passagens por Campo Mourão que ele viu, que ele observou a necessidade para lá instalar o seu Governo por 2 dias, é verdade, mas, que terá oportunidade e dará oportunidade àqueles Prefeitos, àqueles Vereadores para, pessoalmente, in loco, atendê-los, atender às suas reivindicações, atender às suas necessidades.

E, é com muito mais facilidade até, que ele, — Governador e seus Secretários — lá se instalando estarão atendendo àquela gente, àqueles municípios e, ao retornar, nós já podemos sentir, por antecipação, porque temos a sorte de representar diversos municípios pertencentes à CONCAN, a satisfação, a alegria de Prefeitos e Vereadores e do Líder Político da região de Campo Mourão.

E, é por isso, Sr. Presidente que, com bastante satisfação e até com bastante alegria que, hoje, nós ocupamos esta tribuna para, de público, dizer, também, da nossa satisfação, da que nos trouxeram, também, os companheiros da CONCAN, e, é por isso que nós queremos, ao terminar, Sr. Presidente, solicitar e cumprimentar o Governador Jayme Canet Júnior e os seus Secretários.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao último orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

“O Estado do Paraná”, conceituado jornal desta Capital, publica sob o título de “Psiquiatria”, carta do ilustre Advogado Paulo Afonso de Camargo Filho, com a seguinte redação:

“Sr. Diretor:

No dia 30 de maio último, a bancada do MDB na Assembléia Legislativa do Estado assumiu inusitada posição votando contra um voto de congratulações ao Ministério de Previdência Social, referentemente ao seu novo programa de assistência psiquiátrica que enfatiza tratamento ambulatorial aos doentes mentais e junto a seu ambiente sócio-familiar.

Votou a bancada do MDB a favor de uma corrente de pensamento psiquiátrico, já repudiada por Jung e Freud, no século XIX, a de que os alienados devem ser trancados em asilos e dados por incapazes pelo resto de suas vidas.

Ora, se assim se conduzisse o pensamento das maiores autoridades psiquiátricas mundiais, não se insistiria na recuperação dos loucos e de resto, como se sabe, de todo o marginalizado social, como o criminoso, dando-lhe tratamento humano, de preferência junto ao seu ambiente familiar, procurando-se tratá-lo como igual, até cabal prova em contrário.

A corrente de pensamento, defendida pela bancada do MDB no dia 30 último, parece contraditar toda sua filosofia de abertura, democracia de liberdade, e propalada a quatro ventos, sustentando o que de mais reacionário e superado existe em termos de psiquiatria social, a de que os alienados mentais são incuráveis.

Infinis, a assistência de um bem psiquiatra e dos medicamentos adequados suprem as grades (já tão escassas), conforme deu a entender desejar a douta bancada do MDB na Assembléia Legislativa do Paraná.

E que me perdoem seus ilustres pares, mas, em matéria psiquiátrica, posso tranquilamente sem temor, situá-lo no tempo. Primeira década do Século XIX.”

Lamentavelmente, que uma inteligência, uma cultura tão brilhante como a do eminente advogado Paulo Alves de Camargo Filho, tenha subtraído a verdade, e procurado, acima de tudo, tentar levar a público, incompatibilidade injusta de nossa bancada, perante a opinião Pública.

Se a nossa bancada tomou a atitude de votar contra o projeto de lei, contra o requerimento que pretendia dar voto de congratulações ao Ministério de Previdência Social, e ao Instituto Nacional de Previdência Social, foi porque analisando que esta unidade nacional de Previdência, não tem cumprido suas finalidades, de força alguma, pelo contrário, tem denegrido os objetivos constantes de seu regimento interno, que é o de dar atendimento aos seus associados.

É maravilhoso, é espetacular, é acima de tudo satisfatório o pensamento, de que a criação de mais uma unidade de trabalho, de atividade de assistência pelo Departamento Nacional de Previdência Social e pelo Ministério de Previdência, é de real importância para os contribuintes desta máquina de captação de dinheiro deste País.

Entretanto, não podemos de sã consciência, não poderia nenhum parlamentar de parlamento algum deste País, pelo menos por enquanto, aprovar voto de congratulações ou mensagem de congratulação ao Ministério de Previdência Social.

Porque esta não está cumprindo seu dever nem mesmo, no esquema de atendimento atual, e só porque o Sr. Ministro anunciou que criará uma outra fonte de atendimento.

Então vamos votar congratulações ao Ministério? Seria absurdo, Sr. Presidente, seria absurdo, Srs. Deputados.

Como absurda é, permissíssima vênha, a missiva, a carta do Sr. Paulo Alves de Camargo Filho, encaminhado à redação do “O Estado do Paraná”.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ainda ontem, quando tivemos a oportunidade de abordar um tema aqui que nos foi trazido ou fornecido pelos lavradores da região Oeste do Paraná, onde serão atingidos pelas inundações; uma outra preocupação, visitando aquela região, também nos trouxe.

Hoje, aqueles que não têm a oportunidade de conhecer o Oeste do Paraná, ou que tiveram a oportunidade de conhecer há 5 ou 6 anos atrás, valeria a pena uma viagem para a região do Paraná, para sentir o que realmente homens bem intencionados e com a capacidade enorme de produção, realizaram naquela área do Estado, dando hoje ao Estado do Paraná, sem dúvida, talvez o Oeste, como área agrícola, o maior centro de produção e arrecadação do Estado do Paraná, principalmente pela pouca produção do café no Norte do Paraná.

Hoje o nosso lavrador de uma certa forma, principalmente este ano, ele teve, de dezembro para cá, algumas medidas governamentais, que não são desestimulantes, porque nós chegamos à seguinte conclusão.

Eu acho que até o próprio governo chegou também, de que não há nada que desestime o lavrador.

Porque se houvesse ele já estaria desestimulado há muito e muito tempo.

Mas vejamos, tivemos primeiro o surto do subsídio de 40 por cento dos fertilizantes; a elevação das taxas de juros sobre o financiamento-custeio agrícola.

O confisco, que por incrível que pareça, de 7, foi, logo em seguida, para 12 por cento.

Na própria comercialização do soja, de 100 por cento, sobre o valor do preço mínimo, calculado sobre o volume estimado, o Ministro da Fazenda, reduziu para 50 por cento.

Isto gerou naquela área, um éco; não digo aqui, não vamos afirmar que seja um êxodo rural, para o Paraguai, mas numerosas famílias desestimuladas, estão atravessando o Rio, porque as terras são tão férteis, como as do lado de cá do Rio, que é o Brasil.

Inclusive, diga-se de passagem, nós tivemos oportunidade de, na sexta-feira, passada, visitarmos um amigo que trabalha no setor da CASEX e ele nos dizia: é impressionante o número de famílias brasileiras que atravessam, por dia, nessa ponte, para residirem no Paraguai.

A previsão, a safra propriamente dita neste ano no Paraguai, foi de 250 mil toneladas de soja, pelo menos é a informação que nós temos.

A previsão de safra no Paraguai para o ano que vem é de um milhão de toneladas de soja.

E, por incrível que pareça, quase toda ela produzida por brasileiros, ex-produtores de soja no Brasil, que vão ao Paraguai para concorrerem depois com o próprio Brasil.

Lá no Paraguai produzirem a sua soja e concorrerem com o próprio Brasil.

Senão, vejamos: esta soja depois vem a ser exportada, inclusive por porto do Paraná, que é o porto de Paranaguá.

Se usa o asfalto construído com grandes sacrifícios neste Estado, para a exportação da soja no Paraguai, com prejuízo financeiro ao Brasil, porque é um concorrente no mercado internacional, com produção dos próprios brasileiros que atravessam para o lado de lá.

Sem dúvida, nos causa até estranheza este comportamento de alguns brasileiros.

Mas esperamos e eles mesmo dizem: No Paraguai não tem confisco; no Paraguai não tem ICM.

E só aí já são quase 30 por cento de lucro a mais, numa terra que produz tanto quanto as nossas.

O SR. ERNESTO GNOATO — V. Exa. permite um aapрте? (Assentimento).

Deputado Lázaro Dumont, em 1976 eu fiz dois pronunciamentos nesta Assembléia, alertando as autoridades brasilei-

ras na mudança de nosso povo brasileiro para o Paraguai.

Constatei, na semana passada, no Pôrto Guaíra, uma média de dez famílias brasileiras requerendo passaporte para ingresarem no Paraguai.

O Senhor está falando uma verdade.

O Brasil precisa tomar uma providência muito séria, porque a cultura do Paraguai é cultura brasileira.

Muito obrigado.

O SR. LÁZARO DUMONT — Mas, Sr. Presidente, o assunto que nos traz à tribuna no dia de hoje não era propriamente este.

Apenas falamos como registro.

O que nos traz hoje aqui, é já não mais propalada, pois o Congresso Nacional recebeu 4a. ou 5a. feira passada a Mensagem do Executivo da Presidência da República, extinguindo ou unificando o setor de previdência social e assistência médica brasileira.

E para satisfação nossa, nós estamos vendo hoje que muitos Srs. Deputados Federais, inclusive as informações que temos e que uma delegação de vários Estados brasileiros de Deputados Federais, composta por Deputados da Arena e Deputados do MDB, irão tentar demover o Presidente da República da extinção do FUNRURAL.

E ainda agora há pouco, Sr. Presidente, no setor de imprensa nos foi mostrada uma nota de que a Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo estaria encaminhando a este Poder do Paraná um apelo para que esta Assembléia também apelasse ao Sr. Ministro da Previdência e ao Sr. Presidente da República para a não extinção do FUNRURAL.

E nós sabemos que várias Assembléias brasileiras já fizeram este apelo.

E, nestas condições, nós vamos fazer leitura de um trabalho elaborado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, com apoio de todo o movimento sindical de trabalhadores rurais brasileiros, e, posso até afirmar que pelo menos as entidades rurais ou as entidades patronais também comungam do mesmo pensamento das entidades de classe de trabalhadores neste assunto.

Este documento foi encaminhado pela Confederação ao Presidente da República, ao Ministro da Previdência Social, ao Ministro do Trabalho e a outras autoridades e diz o seguinte:

“A imprensa falada, escrita e televisada, especialmente a escrita, pelo mais conceituados veículos de comunicação do País, vem, com insistência, noticiando iniciativas a cargo de assessores, sob a orientação do Sr. Secretário de Estudos Especiais do Ministério da Previdência, no sentido de serem introduzidas modificações de vulto no sistema previdenciário brasileiro.

Dentre as modificações que seriam introduzidas, ressalta a de que os servidores de assistência médica, hoje a cargo do INPS, FUNRURAL, IPASE e LBA, seriam unificados e geridos por uma só autarquia que, segundo a imprensa, já tem até nome, ou seja — IAMPS.

Referido Instituto teria a incumbência do controle administrativo, com a transferência de todos os comandos de área de serviços médicos dos organismos a serem unificados.

Aliás, o jornal “O Estado de São Paulo”, de 6 de janeiro próximo findo, sob o título “IAMPS ainda vai demorar dois anos”, faz publicar informações prestadas pelo Sr. LUIZ TORRES DE OLIVEIRA, Secretário de Estudos Especiais desse Ministério, em que, a certa altura salienta:

“Segundo Luiz Torres de Oliveira, a criação deste novo organismo foi um assunto estudado durante todo o ano de 1976, pelo Ministério da Previdência Social e logo de início foi afastada a idéia de se criar uma Fundação, optando-se por uma autarquia, semelhante às autarquias existentes como o INPS, o FUNRURAL e o IPASE, absorvendo-se ainda o sistema de fundação da LBA”.

Gostaríamos de salientar a V. Exa. que desconhecíamos

por completo a existência de tais estudos assim de modo intenso e durante todo o ano de 1976, até porque sempre julgamos que iniciativas desse porte não deveriam prescindir da colaboração das classes diretamente interessadas, como é o nosso caso, já que representamos mais de quarenta milhões de brasileiros e as entidades sindicais, ex-vi-legis", são entidades consultivas e de colaboração com os Poderes Públicos.

De toda sorte, apesar de não conhecermos os motivos reais da iniciativa unificadora, suspeitamos de que estaria situada no fato de deterioração qualitativa da assistência médica que vem sendo prestada pelo INPS, seja pela carência de recursos, seja pelo aumento até mesmo vegetativo da demanda, ou seja, ainda, por razões de outras origens, como, por exemplo, a atuação de alguns administradores que dirigiram nossa maior autarquia previdenciária em épocas não muito distantes.

Esse nosso ponto de vista tem por base, recente experiência previdenciária que, a nosso ver, pode-se considerar vitoriosa.

Referimo-nos ao Programa de Assistência ao Trabalhador Rural — PRORURAL, em cuja assistência médica repousa A ESPERANÇA NÃO MUITO REMOTA, de que alcançaremos o nível ideal.

Com efeito, não temos dúvidas de que, a médio prazo, chegaremos a uma assistência plena, baseada em regime simples e dinâmico, que conta com a prestação de serviços médicos em convênio com a rede hospitalar privada e com os sindicatos, prestando inestimáveis serviços no campo da assistência ambulatorial e odontológica.

Essas apreciações têm por objetivo fundamentar nossa justa apreensão no que diz respeito à anunciada inclusão dos serviços de assistência médica prestada pelo Fundo de Assistência do Trabalhador Rural — FUNRURAL, no âmbito da autarquia a ser instituída, pois, muito embora, com apenas seis anos de implantação, podemos afirmar que dispõem os trabalhadores rurais brasileiros de um sistema de assistência médica deveras dinâmico que a cada dia que passa, se expande e se interioriza, beneficiando considerável número de brasileiros que até bem pouco tempo não sabiam o que significava assistência médica.

Com efeito, a interiorização do atendimento médico em geral, meta básica do FUNRURAL, aliada ao dinamismo e simplicidade de seu esquema administrativo e, ainda, a participação direta das entidades sindicais do meio rural, seja nos órgãos administrativos de controle jurisdicional, seja na execução e fiscalização dos serviços, nos têm possibilitado um justo reconhecimento e até mesmo um certo orgulho, pois nesse particular, estamos bastante avançados em relação ao Sistema Geral da Previdência Social, responsável pelos serviços de assistência médica urbana.

Apenas para ilustrar, fixaríamos o que a respeito dispõe o artigo 28 da Lei Complementar número 11, de 25 de maio de 1971.

"Art. 28 — As entidades sindicais de trabalhadores e de empregadores rurais poderão ser utilizadas na fiscalização e identificação dos grupos rurais beneficiados com a presente lei complementar e mediante convênio com o FUNRURAL, auxiliá-lo na implantação, divulgação e execução do PRO-RURAL".

Esta prerrogativa legal atribuída às entidades sindicais, aliada a uma política dirigida de interiorização dos serviços médico-hospitalares no meio rural, possibilitaram, nesses cinco anos, uma vasta rede de ambulatorios e gabinetes odontológicos e mais de dois mil convênios com hospitais, especialmente casas de saúde beneficentes, além da pré-citada participação, nesse setor, de entidades de classes das categorias econômica e profissional.

Por outro lado, cumpre destacar que o Movimento Sin-

dical dos Trabalhadores Rurais, sempre reivindicou um sistema próprio de previdência social, em razão das notórias peculiaridades existentes no meio rural.

Conseguido esse intento com a instituição do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural — PRORURAL — todo um trabalho tem sido dirigido na busca de necessário aperfeiçoamento do sistema, mantida a separação do sistema da previdência social e pugnando-se, cada vez mais, pela necessária ampliação dos serviços e ajustes de benefícios, com o fim de que sejam abrangidas todas as comunidades brasileiras, por mais distantes que sejam.

Fixados esses suscintos e superficiais contornos, é com base neles que manifestamos nossa fundada apreensão quanto ao estabelecimento de uma assistência médica geral e centralizada numa só autarquia.

É que, além do gigantismo de mais um organismo no setor de serviços médicos, haveria o inevitável fortalecimento da classe médica, como classe unida que é, cujos interesses imediatos, nem sempre se têm voltado para a política sócio-médica do próprio Governo, isto sem falar nas reais necessidades dos trabalhadores e dos segurados em geral.

Com essas rápidas observações, cremos ser válido e razoável afirmar-se que é absolutamente desnecessária a instituição de uma unificação dos serviços médicos para o meio rural, por isso que o nosso entendimento é de que a criação da anunciada autarquia acarretará, ainda mais, o agravamento dos custos administrativos, os quais, como sabemos, no que diz respeito ao FUNRURAL, são notoriamente pequenos para o montante de serviços prestados.

Em conclusão, pois, os trabalhadores rurais brasileiros, por sua entidade sindical de grau maior, propugnam pela manutenção de sua autarquia previdenciária — o FUNDO DE ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR RURAL, seja para a prestação dos serviços assistenciais, médico-hospitalar, odontológico e social, seja para a concessão dos benefícios pecuniários em geral, sem prejuízo de sua quantitativa e qualitativa ampliação, até que se chegue ao ideal a atingir, de por à disposição dos trabalhadores na agricultura, em qualquer localidade, os serviços e benefícios a que fazem jus, não apenas como brasileiros participantes do Sistema, senão também como produtores principais da riqueza nacional.

Por outro lado, temos a acrescentar que os representantes dos trabalhadores e empregadores rurais paranaenses, a exemplo do que se verifica em outros estados, são contra a extinção do FUNRURAL e da fusão dos cadastros de trabalhadores urbanos e rurais, quando a assistência médica e previdenciária das classes rurais passaria a ser responsabilidade do INPS, conforme consta de projeto governamental.

Todo o movimento sindical paranaense, quando tomou conhecimento das primeiras notícias dos planos de unificação dos serviços de assistência médica e previdenciária, preocupou-se, temeroso que isso viesse em prejuízo da classe.

O FUNRURAL possui hoje representantes em cerca de 80 por cento dos municípios paranaenses e, em qualquer cidade do Estado, há algum tipo de assistência, seja através de hospitais ou postos de atendimento médico-hospitalar.

É evidente que deve haver uma melhoria no atendimento médico-hospitalar e odontológico, como também o aumento do valor das pensões, contudo, consideramos que o trabalhador rural brasileiro deve ter um órgão específico, que é o ideal.

Existe ainda o receio de que com a fusão dos cadastros dos trabalhadores rurais e urbanos haja por parte do INPS um preterimento no atendimento do trabalhador rural, em favor do urbano, quando hoje o FUNRURAL talvez seja o sistema previdenciário brasileiro que mais está perto do beneficiário, não havendo praticamente nenhum benefício do Paraná onde não haja convênio para assistência ao homem do campo.

O FUNRURAL tem procurado dar atendimento aos

beneficiários nas cidades, para que ele não seja forçado a andar muito quando for procurar a assistência, o que não acontece com o INPS.

Se formos fazer uma comparação, evidenciar-se-á que o FUNRURAL é um órgão praticamente desburocratizado, dirigido para as classes rurais, por isso deve continuar a existir. Também para o empregador rural o atendimento vem sendo satisfatório, ressaltando-se que o Governo vem dando apoio para uma melhor assistência médico-hospitalar e previdenciária e esse apoio deve ser dado cada vez com mais ênfase, contudo, em institutos distintos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados...

O Sr. Aragão de Mattos Leão — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, nós ouvimos atentamente o seu pronunciamento e gostaríamos de cumprimentá-lo pelo seu alerta, pelo alerta que V. Exa. está dando neste momento à Nação brasileira no que se refere ao atendimento do trabalhador rural.

Nós que conhecemos, como V. Exa., de perto, o trabalho que vem sido desenvolvido pelo programa pró-rural do FUNRURAL, somos testemunhas do inestimável serviço prestado ao ruralista brasileiro por esta autarquia.

E gostaríamos de apoiar o seu pronunciamento dando integral apoio ao brado de alerta que V. Exa. emite neste momento.

Temos que reconhecer, nobre Deputado, que o programa previdenciário e de assistência médico-hospitalar do FUNRURAL, ainda não são os ideais. Há, sem dúvida, muita coisa por se fazer para que possa ser proporcionado ao trabalhador rural brasileiro uma assistência médico-hospitalar efetiva, comparativamente ao INPS, deixando de lado toda a burocracia que o INPS, talvez pelo seu grande volume de atendimento possua, o FUNRURAL tem inúmeras vantagens e algumas desvantagens. Mas de u'a maneira geral, reconhecendo os inestimáveis serviços prestados ao trabalhador brasileiro, nós gostaríamos de endossar o pronunciamento de V. Exa. e cumprimentar V. Exa. nesta oportunidade, chamando a atenção do Congresso Nacional, chamando a atenção dos representantes do povo no Congresso Nacional, porque é do nosso conhecimento, já, uma iniciativa de reivindicação à Presidência da República, quanto à permanência da existência do FUNRURAL.

Fica aqui portanto, nobre Deputado, o nosso aparte de apoio, com o nosso agradecimento.

O SR. LÁZARO DUMONT — Eu que agradeço, nobre Deputado, e poderemos acrescentar aqui, o seguinte: ainda no domingo passado nós tivemos a oportunidade, juntamente com o Deputado Edilson Alencar e com o Deputado Egon Pudell, no ato prestigiado pelo Secretário da Saúde, Dr. Arnaldo Busato, de inaugurar o Hospital do Trabalhador Rural de Assis Chateaubriand e o próprio Deputado Edilson Alencar poderá dar o seu testemunho, aqui, do gabarito do equipamento hospitalar fornecido pelo FUNRURAL, àquele hospital, um dos melhores fabricados no mercado nacional, equipamento este, de tamanho gabarito, que é fornecido a hospitais nossos. E aqui no nosso Estado, nós temos a oportunidade hoje de ressaltar ainda, há a participação do FUNRURAL por exemplo, no hospital que tivemos o prazer de inaugurar domingo passado em Assis Chateaubriand, cujo projeto final, até a metade do ano que vem é de ter capacidade para 100 leitos — é o 24º hospital inteiramente voltado ao trabalhador rural, graças ao programa do FUNRURAL, sem o que não haveria condições de existir.

Independentemente destes hospitais, que são 18, construídos pela participação do trabalhador e todos eles equipados e subvencionados pelo FUNRURAL para o atendimento do trabalhador rural, é de se destacar ainda que, mais 6 hospitais foram construídos e equipados neste Estado, e mais 7 hospitais serão ainda este ano construídos no Estado do Paraná para

o atendimento da classe, em municípios onde ainda não existe atendimento médico-hospitalar algum. Para dois deles, já foi lançada a concorrência pública, para os dois primeiros municípios — Tuneiras do Oeste e Fênix, cidades estas, para aqueles que as conhecem, carentes de assistência médica.

Outro detalhe: o FUNRURAL completou 6 anos.

Antes da existência dos convênios do FUNRURAL, no Paraná existiam 90 municípios sem hospitais.

Graças ao incentivo prestado pelo FUNRURAL, mesmo a particulares, na doação do equipamento hospitalar e com o convênio, hoje talvez não sejam 10 os municípios no Estado do Paraná, que não tenham o seu hospital próprio, e alguns deles serão inclusive construídos e equipados pelo próprio FUNRURAL.

Destaque-se ainda que mais de 180 hospitais no Estado, receberam equipamento para a melhoria de atendimento à própria classe rural, equipamento do próprio FUNRURAL; outro detalhe também interessante: em mais de 200 municípios do Paraná existem um gabinete odontológico, um ambulatório médico e subsídio mensal, em média, de 14 mil cruzeiros para cada um, para pelo menos não se pagar todo o salário, mas, grande parte do salário do médico e do atendente, é paga com o subsídio do FUNRURAL.

Isto, em apenas 6 anos do FUNRURAL!

A nossa apreensão, como nós já afirmamos, é de que o INPS, antes, como com tantos outros nomes e tantos outros institutos, nunca se interiorizou como o FUNRURAL já se interiorizou nesses apenas seis anos que completou no dia 25 de maio.

Será que nós vamos continuar com esta programação?

De levar? Não de trazer o beneficiário para perto do instituto; mas para levar o instituto o mais próximo possível do beneficiário?

Está aqui, então, a nossa grande dúvida.

E, outra — será que, se colocando junto, a classe urbana e classe rural, por tantos e tantos anos esquecida neste País, será qual das duas terá o chamamento primeiro?

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados...

O Sr. Ezequias Losso — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Lázaro Dumont, estamos acompanhando a exposição de V. Exa. a respeito do trabalho que o Fundo Rural vem desenvolvendo durante esses 6 anos. Efetivamente, os benefícios aos rurícolas foram notáveis em todos os lugares em que esta instituição exemplar vem desenvolvendo as suas atividades. Somos testemunhas, também, desse eficiente trabalho.

Por isso, apresentamos a nossa solidariedade ao pronunciamento trazido nesta tarde por V. Exa., achando, também, que a manutenção do FUNRURAL se constitui em sua aspiração legítima que, efetivamente, proporcionará condições para a continuidade do trabalho que vem desenvolvendo em prol daqueles que se dedicam à produção do setor agrícola, da economia, dos bens necessários à satisfação das necessidades humanas.

Acreditamos, sinceramente, que este apelo que está sendo dirigido às autoridades federais, será, devidamente, estudado e a melhor solução encontrada para o caso.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, agradeço o tempo que V. Exa. dispensou além do tempo que tínhamos e agradeço o apoio e, em especial do Deputado Aragão de Mattos Leão e Deputado Ezequias Losso. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Grande Expediente restam cinco minutos e a Presidência consulta o Deputado Accioly Neto se deseja ocupar os 5 minutos.

Com a palavra o Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "A todos os brasileiros têm sido ensinado que o nosso país está situado num continente, que vem a ser, consoante

Cândido de Figueiredo, "grande extensão de terra, sem interrupção de continuidade", ou, na acepção de Caldas Aulete, "a terra firme, espaço considerável de terra que se pode percorrer sem ter de passar o mar".

Em contrapartida, a ilha é "qualquer porção de terra que elevando-se acima das águas se acha cercada por elas em toda a sua periferia" (Caldas Aulete), ou, um conceito mais corrente, é o espaço de terra cercado de águas por todos os lados.

Assim, é evidente que o Brasil, do ponto de vista geográfico, é mesmo um continente, aliás, um imenso continente de 8.511.965 quilômetros quadrados de superfície, banhado pelas águas salgadas do Atlântico, oceano com o qual se limita à Leste.

Mas, será também o Brasil, um continente em relação à cultura universal? Eu creio que não. Eu afirmo categoricamente que não. No que diz respeito à cultura universal, somos uma ilha, isto é, uma grande porção de terra habitada por mais de cem milhões de pessoas, porção esta que, como Fênix, ressurge com todas as características da idade média, em pleno século 20.

E que, segundo se viu do conceito de ilha, o espaço de terra está cercado de águas por todos os lados.

Ora, é presuposto deste conceito geográfico que as águas não adentram à terra, senão para bater nas praias ou nas rochas.

Com referência à cultura universal se acaba de fazer o mesmo, vale dizer, ao Brasil não terá mais acesso livre, qualquer publicação procedente do exterior.

E nós ficaremos ilhados culturalmente em amplo sentido. Os livros, jornais, revistas ou outros impressos não mais poderão, como antes, entrar continente à fora, para, como rios indispensáveis à nossa civilização, saciar a sede de cultura do povo brasileiro.

É notável, pois, como a política da democracia relativa pode alterar um conceito antigo de geografia, quer dizer, transformar um imenso continente do Século XX, em obscura ilha medieval.

Não é só isso.

Apagar-se-á, também, a luz do Brasil e, de consequência, retornaremos à escuridão de tempos imemoráveis, a cultivar uma cultura cabocla que levará o País a perder progressivamente a inteligência e a própria perspectiva do futuro.

Não há futuro, pois viveremos voltados para o passado.

Não haverá nada de novo, já que estaremos sob a égide da ancianidade.

Lamentavelmente, estas afirmações poderão ser verdadeiras e concretizadas tendo em vista recente Portaria do Ministro da Justiça, cuja íntegra é a seguinte:

"Artigo 1º — As publicações vinda do estrangeiro e destinadas à distribuição ou venda no Brasil ficará sujeita, quando de sua entrada no País, à verificação prévia da existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, na forma estabelecida no Artigo 2º do Decreto-Lei número 1077, de 26 de janeiro de 1970.

Parágrafo único — Proceder-se-á à verificação das publicações de que trata este artigo, no local de seu desembarque no Brasil, por ocasião ou após a abertura dos respectivos volumes pelas autoridades competentes.

Artigo 2º — Compete ao Departamento de Polícia Federal proceder a verificação de livros e periódicos através de funcionários que prestarão serviços nos Centros de Triagem — setor de Impressos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Campinas, Porto Alegre, Recife, Belém e Manaus, por onde chegam as remessas postais procedentes do estrangeiro.

Parágrafo 1º — A designação dos funcionários encarregados da verificação de livros e periódicos, para cada setor de atividades, deve atender às necessidades locais, que poderão exigir a presença constante dos mesmos nos postos de serviço ou

escala de atendimento em determinados dias.

Artigo 3º — Procedida a verificação dos livros e periódicos será emitido parecer, no qual serão indicados os dispositivos legais infringidos e assinaladas as passagens com as exteriorizações que justifiquem o pedido de proibição. O parecer, acompanhado de um exemplar da publicação examinada, será remetido à direção geral do Departamento de Polícia Federal, que o encaminhará à consideração do ministro de Estado da Justiça.

Parágrafo 1º — do artigo 60 da Lei número 5250, de 09 de fevereiro de 1967, os funcionários encarregados da verificação de livros e periódicos emitirão também parecer sobre as publicações vindas do estrangeiro que contiverem matéria contrária à ordem pública.

Parágrafo 2º — Se o exame concluir pela inexistência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes ou contrária à ordem pública, a publicação será liberada e somente o parecer deverá ser enviado à direção-geral do Departamento de Polícia Federal".

A propósito dessa mencionada Portaria, pronunciaram-se a Associação Brasileira de Imprensa, pelo seu Presidente, Jornalista Prudente de Moraes Neto, e a Ordem dos Advogados do Brasil, também pelo seu Presidente, Raimundo Faoro.

O jornalista Prudente de Moraes Neto, entre outras afirmações, diz o seguinte: "Isto não quer dizer que se aprove aquelas obras que são imorais, pornô, sem nenhum sentido. Sempre entendi também que o combate a esse gênero de literatura não deveria ser a proibição. Essas publicações se esgotam em si mesmo. A proibição não deveria vir do governo: ela está em cada um de nós. Para mim, não interessam. O combate vem através da educação do povo e dos leitores. Desta forma é que se restringe o efeito nocivo dessas publicações".

Por outro lado, "não será proibindo-as que se eliminará ou se afastará a invasão dessas idéias e sim examinando-as e discutindo-as com ampla liberdade."

De seu turno, o Advogado Raimundo Faoro, afirmou que, ele, teme que "uma medida dessa seja uma espécie de fechamento cultural para o País. Portanto, o nosso Conselho — da Ordem dos Advogados — "irá se pronunciar, transmitindo as nossas deliberações e preocupações ao Ministro da Justiça. A comunicação que temos com o exterior é vital. Dependemos de muitos livros e revistas estrangeiras".

E afirma, por derradeiro, que: "É como se fosse uma censura prévia aos livros estrangeiros. Será que o que é perigoso no Brasil não é na França e na Alemanha? Será que temos costumes, moral e conceitos de subversão e propaganda de guerra diferentes dos países do Ocidente? Acho que eles protegem esses valores como nós. Espero que não voltemos ao século XVIII, ao Brasil colonial, onde qualquer livro pelo fato de ser estrangeiro era perigoso".

E me permito ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazendo menção a editorial do jornal "O Estado de São Paulo", edição de ontem, a propósito do assunto. Este editorial tem o título "O superpoder da censura". (Lê):

"Desde a semana passada, instituiu-se no Brasil uma barreira alfandegária contra o tráfico de bens culturais entre os países: as publicações vindas do estrangeiro e destinadas à distribuição ou venda no País estão sujeitas, quando de sua entrada, a um exaustivo vasculhamento, a cargo desse colegiado que entre nós decide inapelavelmente em matéria de moral, costumes e ordem pública — o Departamento de Polícia Federal, órgão do Ministério da Justiça.

Uma simples portaria do Ministério da Justiça e eis a Polícia Federal investida de poderes superiores aos que a Inquisição atribuiu a si, em 1543, ao proibir que fossem lidos ou vendidos livros quaisquer sem passar pelo "nihil obstat" dos censores eclesásticos. Ela conferiu ao Departamento de Polícia Federal o dom infuso de discernimento para emitir parecer sobre o que é moral, ou imoral, além, evidentemente, do dom das línguas, ou

glossolalia, que foi atribuído pelo Novo Testamento aos apóstolos, depois de receberem a iluminação miraculosa do Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lamenta informar V. Exa. que lhe concedeu o espaço reservado à Aliança Renovadora Nacional e regimentalmente esgotou o prazo que V. Exa. dispunha. Concede-lhe dois minutos para concluir.

O SR. ACCIOLY NETO — Já que estamos na ilha eu quero encerrar, dizendo que merece indignação e repúdio, conforme o jornal "O Estado de São Paulo", esse desrespeito contumaz à Constituição, que nos garante ser "livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica, bem como a prestação de informação, independentemente de censura" (§ 8º, artigo 153, da Emenda Constitucional número 01, de 17 de outubro de 1969)."

Apenas lamento, por definitivo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que essa medida adotada pelo Ministério da Justiça, e que levará o País em termos culturais a voltar-se para dentro de si mesmo, que nós possamos em futuro não muito longo recebermos um novo pacote de reformas políticas e passaremos então, talvez então aqui nesta mesma Assembléia, que será um Conselho Municipal, a nos preocuparmos se a grande solução para a crise emergente na política brasileira são os governos gerais ou o sistema monárquico, porque é só esse tipo de cultura que nós teremos.

Democracia não existe mais.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência consulta o eminente Deputado Accioly Neto, se no continente das suas atribuições deseja inscrever-se no Grande Expediente para as próximas sessões, desde que a Presidência lhe concedeu tão somente cinco minutos.

O SR. ACCIOLY NETO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência atende. No horário regimentalmente reservado para o MDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

A Presidência tem a satisfação de anunciar a presença, neste Plenário, do Sr. Professor René Dotti, e S. Exa., na reunião da Comissão de Constituição e Justiça, fará, aos senhores Deputados interessados, uma análise do Projeto de Lei número 02/77 que pretende alterar disposições do Código Penal, do Processo Penal e das Leis de Contravenções Penais.

Para esta conferência estão convidados todos os senhores Deputados.

Esta Presidência deseja registrar também a presença do Sr. Aluísio Valerius, Prefeito Municipal de Palotina.

Concede, esta Presidência, a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

De início levo a minha homenagem à eminente figura que nos visita, ao Professor emérito René Dotti, na pessoa de quem também homenageio o direito, a justiça e a liberdade.

"O Movimento Democrático Brasileiro, depositário das esperanças populares, trincheira das grandes lutas nacionais, aglutinador das oposições brasileiras, por sua própria natureza e pelas condições em que atua, é e tem de ser, nos seus quadros, um partido abrangente, estendendo sua legenda por vasta gama de caracteres.

É e tem de ser, um partido aberto.

O MDB é um partido de portas abertas.

Único preço que exige para impresso é, tão só, a afinidade com a sua doutrina, a fidelidade ao seu programa, a identificação com o seu ideário.

E isto é tanto patrioticamente grandioso, historicamente relevante, quanto profundamente sacrificial.

Grandioso porque tem a Pátria como objetivo maior da sua ação, que exercida como tem sido, se apresenta insubstitui-

velmente salutar na manutenção de uma oposição aguerrida e disposta, mas pacífica e ordeira, integrada historicamente com o espírito de nosso povo. Mas, inevitavelmente, sacrificial, pois se seu arsenal para combate é um conjunto das idéias de liberdade, de democracia, de justiça, de equidade, tantas incompreensões tem enfrentado, tantos interesses tem contrariado, tantos poderes tem arrostado.

Em verdade, fácil é ingressar.

Difícil é permanecer, e lutando.

Os que ficam e que estão, tem oferecido uma demonstração, civicamente eloqüente, de coragem, de firmeza, de dignidade e, antes de tudo, de amor a este Brasil, liberto e nosso, de sentimento do povo, sofrido e esperançoso, conscientizado de que esta é uma luta que é preciso ser lutada, certos de que é necessária e útil ficar, até a última ação, até enquanto houver uma palavra para ser dita.

Porque ficar é a homenagem ao nosso passado como nação, aos nossos heróis, aos nossos mártires, mas é também e, principalmente, o respeito ao nosso amanhã, que tem de ser forjado, melhorado, aprimorado, para que entreguemos aos nossos pósteros um país de paz e de harmonia, de felicidade e de bem estar, mais justo do que o recebemos de nossos antepassados.

Porque ficar é buscar horizontes mais alargados, é descobrir caminhos mais seguros, é atingir a meta da fraternidade realmente exercitada entre irmãos, aos quais, a todos e a cada um, recubra o manto da justiça, que se reparta por igual, que valorizando a heterogeneidade natural, elimine o antagonismo manipulado pelos interesses criados.

Porque ficar é resistir, em favor de tudo isso, na certeza correta de que haverá, nesta terra, de alvorecer um novo amanhã, onde brilhará o sol da solidariedade, encimando todos os propósitos, iluminando todas as ações, gerando uma duradoura era, alicerçando a dignidade de viver.

Porque por tudo isso, por nossa Terra e por nossa gente. Ficar é arriscar o mais belo risco.

O MDB é um partido de portas abertas. Tantos nele têm ingressado, quase todos têm permanecido.

Aos tíbios, aos fracos, aos oportunistas, aos falseadores, aos mercenários, aos que formam nas legiões que buscam os interesses pessoais, as satisfações exclusivas, aos que não alimentam o amor à Pátria e a solidariedade ao próximo, a esses não é lícito ficar.

E nem é preciso, no mais das vezes, que se apresse o afastamento. Por si sós, dessintonizados com as idéias, frágeis para suportar a peleja, desarmonizados como os companheiros, distanciando-se a cada momento, acabam por ir-se, buscando quaisquer outras plagas e quaisquer outras convivências, onde medram a mesquinharia, o compadrio, o favorecimento, as facilidades, enfim, onde o seu espírito e o seu caráter, lamentavelmente, ainda mal formado, encontram afinidade, vibram no mesmo diapasão.

Senhores, a sanha dominadora do governo que se instalou no Paraná, no seu voraz apetite por conquistas menores, abriu baterias contras as fileiras da oposição.

A coação e a sedução, de mãos dadas, articuladas com a violência e a corrupção, encontrando fiéis manejadores, alguns entre seus áulicos nesta Casa, não suportando a presença do MDB em algumas administrações municipais, sai a trote por todo o Estado, batendo as portas, falando a muita gente.

A ladainha da sedução tem sido a mesma: o oferecimento de toda a sorte de favorecimentos, que servindo tão só para a bastarda conquista e nela se esgotando — se o passado se repetir — cria na mente apequenada e perturbada do seduzido como um passe de mágica, milagres administrativos, paraísos de concessões, travestindo a incompetência e a inépcia no administrador capaz, probro, fecundo. É verdade, e a verdade seja dita, pouco se sabe ainda, se se tem contentado, exclusivamente, a esta órbita, por quem alguma vez, o apetite de um lado,

tem o condão de detonar alguns ainda maiores e menos confessáveis do outro lado, mas que, enfim, para lograr o objetivo acabam na vala comum das atitudes reprováveis.

O Palácio Iguaçu, ao quanto se afigura, mais uma vez, se diminui, se amesquinha, aliás, outra vez, dá a público, a sua autêntica imagem: Estatura reduzida, volume minguado.

O tempo precioso e caro, para gerir a coisa pública, é malbaratado nos conchavos; a inteligência, existindo, que devia voltar-se para a criação de grandes inventivas, se estiôla nos conciliábulos; a energia que devia ser concentrada nas obras de relevo, que ainda não vieram, se desperdiça no vai-e-vém das manobras envolvedoras.

Tudo para inchar-se. Tudo para subir as curvas das estatísticas, quase sempre enganosas. Tudo, para que afinal, se festeje, efemeramente, o "mais um", esquecidos talvez, de que se avizinha a hora de que nesse jogo haverá regras, de decência e honradez, de dignidade e de compostura, e aí então, as mediocridades hoje festejadas, terão que se expor à luz, e todas juntas, a centenas, não conseguirão fabricar sequer um único talento.

Na trama que se urde, outros há interessados, com outros interessados. A estes, os perdigueiros da ação, mais sabujos do mesmo senhor, ao que parece, caberia, como prêmio, a sobra do "comando político", eufemismo que, neste Paraná, tem denominado uma odiosa opressão, anti-povo e anti-administrativa, instituição descaracterizadora de qualquer boa intenção anunciada, e com a qual tem se manipulado as vontades e as decisões.

Enganam-se todos.

Todos eles se engodam.

O que deserta, deserta porque não tem forças ou por covardia.

E desertar hoje sempre o será, sob qualquer bandeira, em qualquer lugar, um qualquer compromisso, sempre frágil, permanentemente covarde.

O que se bandeia é transfuga sem caráter, sem compostura, sem brio. E a quem quer que faltem tais predicados, dele estará ausente a força maior, que alicerça e produz as demais, nela jamais se encontrará, como hoje não se encontram, se forças da dignidade.

O que trai é ignominioso, e sem qualquer pejo assim procede, por lhe estarem corroídas, dilaceradas, inexistentes, as forças morais. A troca inescrupulosa por alguma vantagem hoje, não impedirá que nova vantagem, amanhã, não acione nova traição.

Senhores, nesse abismo de indecência e de imoralidade, cavado por mãos que não as do nosso Partido, acabou por ocorrer uma queda.

Caiu o Prefeito de Morretes.

Caiu e caiu sim, porque este procedimento atira o homem ao chão, ao rés do qual passara a viver a sua vida pública inteira.

Nem uma tentativa de justificar o ato transfuga, pois nada o justificaria.

Nem um esboço de explicação para a debandada, pois nada o explicaria.

Apenas o riso plantado no cinismo que plasma a face dos traidores.

Constrange-me a decepção que hoje toma conta de Morretes inteira, mas talvez, bem melhor seja assim. Uma só e de uma só vez. Porque a Morretes de tantas e tão caras tradições, de tantos brios e tantas glórias, de tanta importância para o Paraná e tantos feitos na formação do nosso Estado, se não merecia e não merece o golpe que lhe abate, menos haveria ainda de merecer que, já a descoberto e desnudo o ilusionista vivesse, ao longo de 4 anos, de golpe em golpe, de decepção em decepção, de traição em traição.

A boa fé e a crença nos valores verdadeiros, a ansiedade por renovar e dinamizar o que se estagnara, pode nos fazer em

equivoco.

Morretes deu ao então candidato e hoje Prefeito, e já transfuga, a oportunidade que, Curitiba lhe negou em 1968, quando não permitiu que fosse seu Vereador, e, o Paraná vetou em 1974, quando impediu-lhe de lhe representar na Assembléia do Estado.

O Paraná e Curitiba já o conheciam, certamente. Morretes, embora lhe sendo berço, só passou a lhe conviver, no cotidiano, há pouco mais de um ano. É explicado. É compreensível.

Incompreensível e inexplicável é que alguém assumindo, com a outorga do povo, um compromisso com a sua cidade e com a sua gente, como primeiro ato de repercussão, envereda pelo sinuoso rumo da desonra, que o infelicita e o desgraça.

Srs., historio rapidamente.

Em 1976, Morretes assitiu e participou de uma das mais acirradas campanhas eleitorais pela disputa da Prefeitura do município.

O MDB, vítima permanente da excrescência da sub-legenda, teve de usá-la para fazer frente ao trio de candidatos da Aliança Renovadora Nacional. Ajustou, o Diretório local, com muito acerto, duas candidaturas, honradas, honestas e efetivamente emedebistas: dos companheiros José Jonas Paraná Fagundes e Alaor Silvério, figuras queridas e tradicionais da cidade, por suas vidas privadas, por suas atividades particulares bem sucedidas, fruto da abnegação e do trabalho, por suas atuações na ação comunitária.

A porta se abriu depois, para o terceiro candidato, o recém-chegado, MARCY A. PINTO, porque a ela veio a ter, por ninguém trazido, sozinho, insistente, sem ter sido convocado. Deu-se-lhe a legenda. E acabou eleito.

Uma campanha árdua, difícil, disputadíssima, como retrata o seu próprio resultado, que em breve relatarei.

O Sr. Alfredo Gulin — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. ENÉAS FARIA — Como meu pronunciamento é um todo, eu dou meu aparte ao final do mesmo.

Houveram-se, os partidos e os candidatos, com decência e cavalheirismo, defendendo teses antagônicas e bem definidas, mas com propósitos comuns: o bem de Morretes.

Um único senão, uma única inconveniência, um único deslize, apenas um, dentre os seis candidatos, despuudou-se. O Sr. Marcy A. Pinto, sobre quem recaiu, por iniciativa da ARENA ou de um dos seus candidatos, a ação da Justiça, numa representação por crime de calúnia, de infâmia, ou de difamação. Infamou, para afamar-se, durante o embate eleitoral. Afamado e eleito, infamou-se ao aceitar que a ação deixasse de existir, não provando o que afirmara, e, assumindo, não botando cobro ao que tinha como certo.

Morretes, em 15 de novembro de 1976, possuía 6.655 eleitores. Na eleição à Prefeitura, os três candidatos do MDB, somados, receberam 2.798 votos. Somados, os três da ARENA atingiram 2.768. O MDB em relação ao eleitorado marcou 50,26 por cento dos votos, e a ARENA 49,73 por cento.

Eis, Srs., o quadro final daquela eleição. A diferença para vitoriar-se situou-se em torno de 0,54 por cento dos votantes.

Entende-se bem, pelos resultados, o quanto exigiu, de todos da oposição, de trabalho, de esforço, de energia, de talento, de recursos sérios, legais, mas havidos com sacrifícios.

Na realidade, o vencedor da eleição foi o MDB, pela soma de todas as suas virtudes, mesmo obstaculada a pregação do seu ideário, e a difusão do seu programa.

Os candidatos do MDB, acabaram por receber, praticamente, quase iguais votações, vencendo o Sr. Marcy A. Pinto, por uma diferença de cerca de 60 votos sobre o companheiro Alaor Silvério, e conquistada por 30 votos de diferença da votação total da ARENA, diferença estabelecida nas últimas duas urnas apuradas, onde foi quase integral a votação para o outro emedebista concorrente, companheiro José Paraná Fagundes.

Diria o bem senso, a moral, a boa formação, que, quem

assim foi eleito, haveria de atentar para a forma como elegeu-se.

Primeiro venceu o povo, respeitada a sua soberania.

O povo que vencesse o MDB, entregando a seus três candidatos expressivas e aproximadas votações.

Quem recebe do povo uma missão, bem marcada e definida, em termos de idéias e de programa, e fundamentada a conquista na votação e no prestígio de tantos companheiros da mesma luta, haveria que proceder guiado pelo que junto assumiu e comprometeu.

Bandeando-se e traindo, o tráfugo que seduzido certamente facilitou sê-lo, entre o mais que não se sabe, pensa ter a administração facilitada e favorecida.

Não é o primeiro caso.

O passado recente mostra outros exemplos, de oportunistas da mesma laia.

As mesmas promessas vãs, as mesmas expectativas não materializadas.

E hoje, voltem-se as vistas um pouco para trás, e ver-se-á quantos se contam por aí, menosprezados pelo povo, marginalizados da vida pública, desacompanhados, fracassados nas suas gestões, medíocres no que puderam realizar, nulos no que tentaram produzir.

Esse tem sido o destino de tais criaturas.

Faltando à confiança aqui, não a recebem lá; perdendo o respeito geral não o reconquistam.

Atendidas as intenções estatísticas ou eleitoreiras imediatas dos sedutores, caem no abandono no dia seguinte; passada a sua triste utilidade para o momento presente, são atirados na poeira das coisas desnecessárias, logo depois.

Srs., avancei-me por demais no tempo, com essas considerações.

Permitam, apenas, que dirija uma mensagem ao povo de Morretes: apesar das maquinações, apesar destas atitudes, apesar de tudo o quanto lhes fizeram, — gente de Morretes — acreditei nos valores permanentes da criatura humana; acreditei que passa a borrasca das imoralidades e voltará a brilhar a luz da decência, acreditei que está próximo o dia, para Morretes e para todos, em que Governos e homens haverão de ser a expressão do que de melhor possa existir entre nós.

Creio, o Governo e os seus agentes, nada ganharam, a não ser a convivência de um igual, que em nada contribuindo, somará, entretanto, aos desencontros em que já vivem, alguma porção de rancor, de insatisfação, de falsidade.

O MDB, estou certo, nada tem a temer.

Escapa-lhe a oportunidade de, desde agora, iniciar a implantação, ali, de um novo modelo de administração, tendo a criatura humana como meta e objetivos finais e únicos, e, a decência, a dignidade e a honra, por base.

Houve só ilusão, iludimo-nos todos.

Os que abrimos a porta e confiamos sem lhe conhecer a intimidade.

O povo que, apesar de tudo continua a crer na mensagem da oposição, e que privado, na campanha, de instrumentos de melhor aferição de capacidade, confiou-lhe a concretização do programa que pregamos.

Em verdade, toda a perda é lamentável.

Aqui, no caso, não há o que lamentar.

Nada se perdeu."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. ALFREDO GULIN — V. Exa. permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência já havia advertido o eminente Deputado que o seu tempo já havia esgotado e já ultrapassou.

Está encerrada a Hora do Expediente.

A Presidência, se o eminente Sr. Deputado o desejar, pode inscrevê-lo para falar em explicações pessoais.

O SR. ALFREDO GULIN — Perfeito.

Sr. Presidente, por gentileza, me inscreva para falar em explicações pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Estará inscrito para falar em Explicações Pessoais.

Pela Ordem, concedo a palavra ao Sr. Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Indagaria da Mesa se o horário reservado à ARENA já foi utilizado?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência informa a V. Exa., estando na tribuna o eminente Deputado Accioly Neto, quando inscrito como último orador do Grande Expediente e não tendo recebido, a Mesa, nenhuma inscrição de Srs. Deputados da ARENA por indicação da sua Liderança, lhe conferiu o direito de usar aquele espaço, penitenciando-se a Presidência de tê-lo feito, porquanto não havia recebido nenhum consentimento da Liderança e, por outro lado, nenhuma contra indicação.

A Presidência comunica aos Srs. Deputados que, de acordo com o que dispõe o art. 197 do Regimento Interno, redação modificada pela Resolução 12/71, abre prazo para recebimento de emendas às Proposições 391/77 e 386/77, ambas à Comissão Especial de reforma à Constituição.

A primeira proposta de emenda à Constituição Estadual, de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, dando redação que especifica, ao § terceiro, do art. 105, do Capítulo VI da referida Constituição e a outra, também, proposta de emenda à Constituição Estadual de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria acrescentando § com redação que especifica, ao art. 41 da referida Constituição.

A Mesa receberá emendas às referidas proposições durante as sessões das próximas quinta e sexta-feira da presente semana e na sessão de segunda-feira da próxima semana.

Determinou a Presidência que a publicação, em avulso, fosse entregue aos Srs. Deputados para conhecimento.

Esgotado o prazo de apresentação, abrir-se-á, na próxima terça-feira, o prazo constitucional para constituição da Comissão Especial para emissão do competente parecer técnico.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

TERCEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 19/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem 56/77, Ex-Proposição 121/77, aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de ASSIS CHATEAUBRIAND, objetivando Assistência Técnica e Financeira, para melhoria da Rede Municipal de Ensino de Primeiro grau. Pareceres FAVORÁVELS da CCJ., CF., e C.I.P., por unanimidade. — APROVADO.

TERCEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 59/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem 48/77, ex-Proposição 224/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de MARIALVA, objetivando transferência de recursos a serem aplicados na área da Educação Física e Desportos. Pareceres FAVORÁVELS da CCJ., CF. e CIP, por unanimidade. — APROVADO.

PRIMEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 49/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 64/77, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva dar nova redação ao art. 1o., ao inciso I, do art. 2o. ao "CAPUT" do art. 3o. e aos §§ 1o. e 2o. do art. 5o. da Lei 6568, de 24/06/74, (Participação do Estado do Paraná no Plano Nacional de Habitação Popular - PLANHAP). Pare-

ceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., COPTC, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI NÚMERO 49/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — O art. 1o., o inciso I do art. 2o., o “caput” do art. 3o. e os parágrafos 1o. e 2o. do art. 5o. da Lei 6568, de 24 de junho de 1974, passam a ter a seguinte redação:

Artigo 1o. — Fica o Poder Executivo autorizado a adotar todas as providências necessárias à participação do Estado no Plano Nacional de Habitação Popular — PLANHAP, com os seguintes objetivos:

I - reduzir gradualmente, até sua eliminação, o “deficit” estadual, de habitação para famílias com renda equivalente a até cinco vezes o maior salário mínimo vigente no país, ou até 22 UPC, admitido, alternativamente, o maior dos dois valores.

II - propiciar atendimento da demanda de habitações das novas famílias, na mesma faixa de renda;

III - proporcionar condições para melhoria e ampliação de habitações já existentes;

IV — apoiar e ampliar programas e projetos de desenvolvimento comunitário”.

Art. 2o.

I - celebrar, com o Banco Nacional de Habitação (BNH) convênio institutivo do PLANHAP, a nível estadual aditando-o quando se fizer necessário.

“Artigo 3o. — O FUNDO ESTADUAL DE HABITAÇÃO POPULAR — FUNDHAP terá valor suficiente para cobrir as despesas necessárias à sua gestão e às necessidades financeiras decorrentes das responsabilidades que lhe forem atribuídas na execução do PLANHAP”.

“Artigo 5o.

“§ 1o. — Sem prejuízo do disposto no art. 4o. e no “caput” deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a contrair, de acordo com as normas operacionais do BNH, empréstimos até o valor equivalente a 1.762.000 UPC (um milhão setecentos e sessenta e duas mil Unidades Padrão de Capital do BNH), para atender às responsabilidades financeiras do Estado com a execução do PLANHAP, no quadriênio 1976/79.

“§ 2o. — Fica igualmente autorizado o Poder Executivo a garantir os empréstimos concedidos pelo BNH à entidades da administração indireta do Estado, inclusive às COHABs e aos municípios, para investimentos vinculados ao PLANHAP, no quadriênio referido no parágrafo anterior”.

Art. 2o. — Os atos, contratos e outros documentos de qualquer natureza em que as Companhias de Habitação Popular (COHABs) e outros Agente Promotores do PLANHAP no Estado, devidamente credenciados pelo BNH, sejam partes interessadas, ficam isentos de impostos e taxas estaduais de qualquer natureza.

Parágrafo único. Nos processos judiciais e nos atos e documentos do foro extra-judicial, de cartórios, de tabeliões, registros civis, registro de imóveis e registro de títulos e documentos, as custas e emolumentos dos serventuários respectivos que devam ser pagas pelas entidades indicadas no “caput” deste artigo sofrerão uma redução de cinquenta por cento sobre os níveis vigentes na data dos atos a que se referirem.

Art. 3o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1977.

(a) Poder Executivo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI NÚMERO 49/77

PARECER

O presente Projeto de Lei 49/77, oriundo da Mensagem

Governamental 64/77, tem por finalidade dar nova redação: ao Art. 01, ao inciso I do Art. 2o., ao “caput” do Art. 3o. e aos parágrafos 1o. e 2o. do Art. 5o., da Lei 6568 de 24 de junho de 1974 — que dispõe sobre normas pertinentes à participação do Estado do Paraná no Plano Nacional de Habitação (PLANHAP).

Segundo a mensagem, tal medida é proposta a fim de permitir que o Estado do Paraná continue participando do Plano Nacional de Habitação Popular, além de ressaltar através de quatro itens, os elevados objetivos do plano, que vem apresentando no Paraná e nos demais Estados da Federação, expressivos resultados.

Esclarece, ainda a mensagem, que a elaboração do presente plano de lei foi precedido de estudos elaborados em conjunto, pelos órgãos da Administração do Estado e pelo Banco Nacional de Habitação.

Diante do exposto, temos que o presente plano de lei atenda aos interesses do Estado, razão pela qual opinamos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de maio de 1977

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI NÚMERO 49/77

PARECER

1. Oriundo da Mensagem Governamental 64/77, o presente plano de lei tem por finalidade alterar a Lei 6568, de 24 de junho de 1974, que dispõe sobre normas pertinentes à participação do Estado do Paraná no Plano Nacional de Habitação (PLANHAP).

2. Sobre a matéria, a Comissão de Constituição e Justiça já se pronunciou favoravelmente.

3. No âmbito desta Comissão de Finanças, o presente projeto de lei vem para ser examinado em virtude do que dispõe o Art. 49, No. II, do Regimento Interno da Casa.

4. Os motivos expostos na Mensagem Governamental, por si só dão conta de que se trata de matéria de alto interesse coletivo, por isso, outro não poderia ser o entendimento desta Comissão, a não ser o da aprovação deste projeto de lei.

Pela aprovação, é o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 18 de maio de 1977.

(a) João Fadel, Presidente; Gabriel Manoel, Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI NÚMERO 49/77

PARECER

Oriundo da Mensagem Governamental 64/77, de 27/4/77 objetiva o presente projeto de lei dar nova redação ao artigo 1o., ao inciso I do artigo 2o., ao “caput” do artigo 3o. e aos parágrafos 1o e 2o do artigo 5o. da Lei 6568, de 24/6/74, que dispõe sobre normas pertinentes à participação do Estado do Paraná no Plano Nacional de Habitação Popular — (PLANHAP).

As duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças já se pronunciaram sobre a matéria, emitindo pareceres favoráveis, por entenderem que o assunto atende os interesses do Estado.

Diante disso, esta Comissão não vê nenhum impedimento que possa obstar a tramitação normal do presente plano de lei por esta Casa, opinando, portanto, favoravelmente ao mesmo.

Nestas condições, pela sua aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em / /

(aa) Fuad Nacli, Presidente e Relator.

Sobre o referido projeto, há um requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, nos seguintes termos (Lê): “Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer regimentalmente, o adiamento, por quatro sessões do Projeto de Lei No. 49/77. Sala das Sessões, em 01 de junho de 1977".

Em votação o requerimento.— APROVADO.

Desta forma, o Projeto de Lei 49/77 será anunciado na segunda-feira para a Ordem do Dia da sessão de 3a. feira próxima.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela eleição da Srta. Rosilene Bernardelli de Godoy, representante de Cascavel como "Rainha da Soja de 1977".— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução 08/77. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., e ao Banco Central, no sentido de que sejam efetuados estudos visando a instalação de uma agência do referido estabelecimento bancário, na cidade de Sertaneja.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Piétrangelo, constante do expediente, solicitando voto de louvor à Associação de Defesa e Educação Ambiental, pelo lançamento da campanha do plantio de pinheiros.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que sejam tomadas providências proibindo a saída do Estado, de madeiras em toros, de qualquer espécie.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a abertura de concorrência pública para funcionar uma linha de ônibus de Curitiba-Cruz Machado-Foz do Iguaçu-Pinhão—Guarapuava. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, atendendo reivindicação da Câmara Municipal de Maringá, seja informada esta Casa, do amparo legal da decisão tomada em Assembléia Geral Ordinária da TELEPAR, de não proceder o pagamento de dividendos às Ações Ordinárias daquela empresa estatal.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, lido da tribuna em sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo providências no sentido de que seja promovida a distribuição, aos municípios paranaenses, de percentagem que lhes cabe no ICM.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, lido da tribuna em sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, em forma de sugestão visando a concessão do 13o. salário aos servidores estaduais, bem como sejam feitos estudos para a concessão do 14o. salário aos funcionários que servem o Estado sob o regime da CLT.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em sugestões para a agenda de despachos por ocasião do deslocamento do Governo Estadual para cidade de Campo Mourão, atendendo prioridade para pavimentações asfálticas.— Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Em votação o requerimento do Sr. Deputado Antônio Facci, que se faz acompanhar de ampla justificativa. Os que aprovam...

O SR. JURANDIR MESSIAS — (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, causa-nos espécie o requerimento do Deputado Antônio Facci.

Também nos parece que o mesmo Deputado não conhece ou nunca passou por aquela região.

Se ele não conhece ou se por lá ainda não passou, o seu requerimento deveria, em parte, ser aprovado por esta Casa.

Mas, Sr. Presidente, para situar, com referência à estrada que liga Campo Mourão a Pitanga, o senhor Deputado tenho certeza, hoje concordará conosco.

A firma C.R. Almeida, está lá, quase que com todo seu maquinário, praticamente com 70 ou 80 por cento prontos da terraplenagem e o asfalto já teve seu início de Campo Mourão a Iretama, já com 12 km asfaltados.

E o serviço de terraplenagem até o Rio Muquillão, que é a divisa dos municípios Pitanga-Campo Mourão, Pitanga-Iretama.

Dentro de aproximadamente seis meses, estará totalmente concluído o serviço de terraplenagem naquela estrada.

Porisso não vejo razão nenhuma para a aprovação de um requerimento sugerindo ao Secretário de Transportes que mande asfaltar uma estrada que está sendo feita e que será concluída até 31 de janeiro de 78.

É por este motivo que estranhemos e achamos que o Deputado Antônio Facci, não conhece a região em que ele recebeu uma grande parcela de votos que o ajudaram a vir a esta Casa.

Se o Deputado Antônio Facci desconhece, tenho certeza de que com estas informações talvez até ele vote contra o mesmo.

É por isso que pedimos a nossa bancada que vote contra, porque conhecemos a região e não vemos necessidade de se aprovar o requerimento em tela.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Continua em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A justificativa do meu requerimento, hoje publicada por parte da imprensa de Curitiba, diz bem da intenção que nos levou apresentá-lo.

O nobre Deputado Jurandir Messias se ateve a apenas um dos dez itens, dizendo, inclusive, que não conhecemos a região.

É possível até que eu não a conheça bem.

Mas, estive em Campo Mourão, especificamente no trecho que S. Exa. diz estar asfaltado e que vai de Campo Mourão a menos de 5 km.

Conversando com o mestre-de-obras daquela estrada, ele nos disse que não era asfalto definitivo, que eles estavam fazendo uma experiência.

E se o nobre Deputado Jurandir Messias tem passado por lá há de ter visto que esse asfalto não é definitivo.

E o Governo está fazendo esse asfalto em todo o Paraná.

A prova do que estamos dizendo é o trecho que vai além 4 ou 5 km da cidade de Campo Mourão, e que foi feito às vésperas das eleições, não tendo nenhuma condição de tráfego.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando o Governo se desloca para o Interior, e os jornais dizem que os elementos da equipe vão de ônibus para gastar menos, e que cada Secretário deve levar apenas 2 ou 3 assessores, até o Presidente do Clube de Futebol de Campo Mourão diz que a Prefeitura vai gastar uma soma elevada para receber a equipe governamental.

Quando, na verdade, devia-se com esse dinheiro que será gasto com hospedagem, deveria ser empregado com escolas.

Estamos fazendo um levantamento da região onde observamos escolas, no município de Iretama, funcionando em ranchos.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nossa intenção é fazer sugestões, não em sentido de crítica ao Governo. Não

estamos procurando fazer a agenda do Sr. Governador, mas se o Governo vai a Campo Mourão para despachar, para fazer contatos, para bate-papo, com os Presidentes dos 23 e dos 19 municípios que representam aquela micro-região, não é necessário que se vá ao Interior. É necessário que se vá para o Interior para resolver problemas, não para fazer política com o dinheiro do povo do Paraná.

Esta lista que apresentamos contém algumas das reivindicações da região de Campo Mourão. Não são todas. Não representamos apenas a região de Campo Mourão. Recebemos uma grande votação daquela região, é verdade, e por lá temos trabalhado. Estão aí os Anais da Casa que dizem perfeitamente do número de requerimentos e proposições que apresentamos.

Sr. Presidente.

É uma região que necessita de fato, de direito, a presença do Governo do Estado, mas não a presença física, para ser fotografado. A presença em obras; a presença em atendimentos. A presença de fato do Governo do Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação o requerimento do Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. GABRIEL MANOEL — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Não conhecemos a região de Pitanga, Iretama a não ser de passagem. Mas conhecemos perfeitamente o gabarito da firma que está construindo aquela estrada. Conhecemos perfeitamente o gabarito da “casca de ovo” que dizem que o Governo está implantando em todo o Estado do Paraná.

Quisera Deus, Sr. Presidente, que esta estrada tivesse a “casca de ovo” que temos no Norte Pioneiro. E quando S. Exa. o Sr. Governador do Estado se desloca para o Interior é para dialogar com os Prefeitos. Ele vai a Campo Mourão para ver as necessidades de toda a região e a única maneira, Sr. Presidente, é dialogando com os Prefeitos que são os responsáveis por suas comunas.

São os chefes do Poder Executivo daquela região que devem estar a par das necessidades daquele povo. Que devem fazer jus, Sr. Presidente, aos votos que tiveram e à consagração daquele povo ordeiro daquela região.

Por isso votaremos contra o requerimento de S. Exa., o Deputado Antônio Facci. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação o requerimento do Sr. Deputado Antônio Facci.

— REJEITADO.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Eu solicito a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, a Presidência atende ao Sr. Deputado Antônio Facci e fará a verificação de votação. — (Pausa).

17 Srs. Deputados aprovam e 22 Srs. Deputados rejeitam.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, apenas para informar à Casa que a região saberá que a ARENA não quer que estas obras sejam construídas na região.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo a instalação de Postos de Saúde nos distritos de Alto Algre e Boa Vista da Aparecida, no município de Leônidas Marques. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que se digne

determinar estudos da viabilidade econômica visando incluir a rodovia que liga os municípios de Irati a São Mateus do Sul, no plano de asfaltamento de estradas estaduais. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado aos Srs. Diretor Geral da Itaipu Binacional e Ministro do Interior, reivindicando direitos para os agricultores que terão que deixar suas terras atingidas pelas águas da referida hidrelétrica. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Piêtrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado à Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional, que analisa o sistema fundiário brasileiro, consubstanciado em apelo no sentido de que se proceda a convocação do Sr. Governador do Estado, para que o mesmo preste depoimento delineando a posição da Unidade Federativa que governa no que tange à política de colonização. — Em votação.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Para encaminhamento de votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar para declarar que a bancada da ARENA votará contra este requerimento, pelas razões que aduz a seguir.

Inicialmente porque a política fundiária está no elenco das competências privativas da União, não tendo portanto o Governo do Estado do Paraná nenhuma interferência no que diz respeito à política de colonização e fundiária brasileira; e segundo, porque os casos relatados pelo eminente Deputado no corpo do seu requerimento, dizem respeito a algumas demandas judiciais hoje evidentemente sob inteira competência do Poder Judiciário, que é único árbitro capaz de dirimir estas pendências e, o prosseguimento nessas ações, por parte do Governo do Estado, dizem respeito tão somente à preservação dos seus legítimos interesses que, em última instância, são os interesses de toda população do Paraná.

E, finalmente, porque o requerimento pretende violar o nosso Direito Constitucional. É sabido que governadores de Estado não podem ser convocados por Comissões Parlamentares de Inquérito. Este é o entendimento unânime de todos quantos trataram da matéria, principalmente, Nelson de Souza Sampaio que em seu clássico estudo, em que fala dessas atribuições, deixa claro de que não pode Governador de Estado ser convocado por Comissão Parlamentar de Inquérito.

Dizendo que “no Brasil, a matéria sucita controversia quanto à enumeração dos ocupantes de cargos públicos protegidos por tal privilégio”, isto é, a convocação, “cujo fundamento é, em uns casos, a divisão de poderes e, em outros, a autonomia das divisões políticas internas da nação. Pelo primeiro fundamento, não podem ser intimados o Presidente da República, os Ministros do Supremo e os demais juízes federais. O mesmo fundamento se opõe à intimação de Governador de Estado e dos juízes estaduais, por comissões de inquérito”, quer “da Assembléia Legislativa”, quer do Congresso Nacional. “A autonomia estadual, por outro lado, impede que as comissões investigadoras do Congresso intimem as mencionadas autoridades estaduais e os Deputados à Assembléia Legislativa. Iguais motivos não permitem que as comissões de inquérito da Câmara Municipal intimem o Prefeito, bem como que este e os Vereadores sejam intimados por comissões congêneres do Congresso ou da Assembléia Legislativa.

É claro que a intimação do Presidente da República por uma comissão parlamentar do Congresso feriria o princípio da divisão e independência dos poderes.

A intimação do Governador de Estado-membro, vice-Governador, Deputados e Juizes estaduais por comissões investigadoras do Congresso constituiria forma espúria, embora velada, de intervenção federal, que somente se legitima nos casos e segundo as formalidades previstas no art. 10º da Constituição Federal”.

Também este é o entendimento do eminente jurista João de Oliveira Filho, que no seu estudo a propósito do Poder Legislativo, diz que “Os princípios da independência dos Poderes e os da não-intervenção nos Estados e Municípios impedem, o primeiro, que as Comissões de Inquérito intimem o Presidente da República e, segundo, os Governadores de Estados”.

Portanto, a aprovação deste requerimento não tem guarida em nosso Direito Constitucional e a aprovação dele redundaria numa tentativa que não teria êxito se viesse a ser aprovado, junto à CPI do Congresso Nacional, pois tal CPI não teria poder para convocar o Sr. Governador de Estado.

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado autor da proposição, Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou, evidentemente, desvanecido pela preocupação da Liderança da Aliança Renovadora Nacional e, mais ainda, pelas informações de direito prestadas pelo nobre Deputado Luiz Roberto Soares.

Mas, Sr. Presidente, venho a esta tribuna encaminhar a votação desta matéria sem alimentar pretensão de convencer os meus companheiros da bancada da Aliança Renovadora Nacional, em apoiá-la.

Venho para dar explicação à minha bancada, do Movimento Democrático Brasileiro.

Sr. Presidente, o tempo não me permite que exponha à Casa o volume de documentos que tenho em mãos, nem saberia, certamente, por onde começar. Mas, tentaremos, Sr. Presidente, deixar algumas informações.

Em que pese a preocupação jurídica do Deputado Luiz Roberto Soares e da sua bancada.

Nós temos conhecimento pleno de que a CPI do Congresso Nacional, que analisa o problema fundiário brasileiro, já inquiriu governadores de Estado.

Eu tenho a impressão que pelos esclarecimentos da Liderança da ARENA, este contato tenha sido feito através de convite.

E aqueles governadores que lá estiveram de forma educada, e no intuito também de enobrecer a Casa Maior de Leis da Nação, compareceram. Nós pretendíamos, Sr. Presidente, não obstante tenhamos aqui o termo “convocação” no nosso requerimento, que o Sr. Jayme Canet Júnior, o Governador do Paraná, se inteirasse dos problemas fundiários que envolve este Estado, e pensasse no problema social que haverá de envolver milhares de colonos, com decisões que já foram tomadas e que irão ser tomadas pela nossa Justiça.

Esperávamos também que o Sr. Governador do Paraná ficando ao lado do trabalhador, e tendo a mesma educação e respeito pelo Congresso, que teve os governadores que lá deixaram registrados os problemas dos seus Estados, comparecesse ao Congresso Nacional, senão, por impedimento da lei através de uma convocação, mas através de um convite, que seria até, eu acho, bastante honroso para o Paraná.

Mas eu não sei porque razão, Sr. Presidente, realmente, ouvimos as alegações jurídicas do Deputado Luiz Roberto Soares, não sou Bacharel, não entendo muito esta linguagem, mas, já convivi o suficiente para sentir o mérito de proposições deste tipo e de outras, que têm sido negadas nesta Casa, pela atitude da bancada situacionista que eu não entendo. Como essa, anterior, proposta pelo nobre Deputado Antônio Facci.

Não posso compreender, Sr. Presidente, que esta Casa insiste em impedir que usamos um instrumento, para tentar sensibilizar o Sr. Governador a se interessar por estes problemas de terras no nosso Estado. Há poucos dias esteve lá em Londrina, o Secretário da Agricultura a distribuir títulos definitivos de áreas rurais.

Ao passo, que há problemas bem mais graves que já começam a intranquilizar àqueles que não tão somente, procuram as tangentes, através de atividades de explicações de direito. Não muito convincentes, mas não tem a mínima preocupação, para o problema que aflige os colonos.

Sr. Presidente, gostaria de ler a justificativa desse requerimento:

(É procedida a leitura da justificativa).

Sr. Presidente, temos aqui o número do ofício. Ofício 180, de 26/02/76, quando o Governo do Estado do Paraná autorizou a escrituração desta gleba de 255 mil e tantos alqueires. O competente desmembramento, depois em sub-divisão da gleba.

Há uma jogada aqui muito criminosa, quando a participação do Estado foi nefasta e desonesta.

Por isso, no desdobramento deste entrevero, nas barras dos tribunais, o Estado do Paraná haverá de ter que suportar um ônus muito grande. Terá que enfrentar desapropriações. Terá que dispor de recursos que não possui e, para isso, necessitará a presença do Governo Federal com recursos para que o Estado do Paraná possa salvar esta problemática tão grande. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação o requerimento do Deputado Valter Pietrângelo. — REJEITADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente da sessão anterior, com discussão encerrada, solicitando que seja designada uma representação de membros desta Casa, para comparecer à instalação do Governo a ser instalado em Campo Mourão.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES (Pela ordem). — Sr. Presidente, autorizado pelo subscritor do requerimento, solicito a retirada do mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência atende a liderança da ARENA que, por delegação do autor, retira o presente requerimento. Conformase, desta forma, a autoridade da liderança em falar em nome de seus liderados.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente da sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do editorial “Retrato de Corpo Inteiro”. — Em votação o requerimento. — REJEITADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, lido da tribuna em sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do INPS, em forma de sugestão no sentido de que os débitos em atraso dos municípios com aquele órgão, sejam credenciados às prefeituras, a fim de serem aplicados em programas de assistência social local, previamente aprovados do INPS. — Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para discutir, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, o requerimento ora em discussão, trata de reivindicar junto ao INPS, praticamente uma anistia das dívidas das Prefeituras Municipais.

É evidente o propósito do autor, mas totalmente ineficaz, porque as dívidas da Previdência Social, se pudessem ser anistiadas, deveriam ser por lei federal.

Considero o requerimento totalmente improcedente. Por-se quanto muito, louvar a iniciativa do autor. Mas foge à deliberação desta Assembléia.

Esta Casa não tem condições de aprovar um requerimento dessa natureza. Somente o Congresso Nacional poderia ter essa possibilidade.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão. — (Pausa). — Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente,

O requerimento que apresentei é de sugestão ao INPS para que o débito dos municípios para com aquele instituto seja aplicado em assistência social nos mesmos municípios. Porque, mesmo os municípios que não têm hospitais fazem o recolhimento ao INPS.

Sabemos que a assistência social cabe, hoje, aos poderes públicos, federais, estaduais e municipais. É o Chefe do Executivo Municipal quem tem maior conhecimento das necessidades do município, quem está em contato mais direto com a comunidade.

E tomamos conhecimento, Sr. Presidente, que estabelecimentos de ensino firmaram convênio, pagando bolsas de estudo com os débitos do INPS.

Sabemos que nossa sugestão virá atender a todos os municípios brasileiros. Sabemos, como já disse, que existem municípios que ainda não têm hospital credenciado com o INPS, esses também serão beneficiados.

Portanto, não vejo nenhuma inconstitucionalidade em nosso requerimento. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, solicitando dispensa de pauta para o Projeto de Lei número 34/77, considerando-se que o mesmo já recebeu de todas as Comissões Técnicas os competentes pareceres. — APROVADO.

A Presidência tem a satisfação de registrar a presença do ex-Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa, atual Prefeito Municipal de Guaratuba.

O SR. LÁZARO DUMONT (Questão de ordem). — Sr. Presidente, solicitaria de V. Exa. o encaminhamento do pronunciamento que fizemos nesta Casa no dia de hoje às seguintes autoridades em Brasília; ao Presidente do Congresso Nacional; ao Presidente da Comissão Executiva da ARENA; ao Líder da bancada da ARENA no Congresso Nacional e no Senado Nacional e à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência determina ao Departamento Legislativo através de sua Divisão competente, que registre a solicitação do Sr. Deputado e a atenda através da Presidência. — Ao Departamento Legislativo para providenciar o atendimento da solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em Explicação Pessoal, concedo a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No discurso do Deputado Enéas Faria foi falado que o Prefeito de Morretes teria caído em sair do MDB. Mas, no nosso modo de entender, ele apenas caiu em pé do MDB para ingressar na ARENA.

Em pé, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque ele o fez em favor do povo, em benefício do povo e do município de Morretes. E o fez, Sr. Presidente, sem dar muita satisfação ao MDB porque ele mesmo o diz que na sua campanha política não recebeu o apoio de nenhum Deputado candidato a Deputado Estadual do MDB. Que a campanha foi dele e de seus amigos de Morretes.

Conseqüentemente, Sr. Presidente, ele o fez unicamente para realizar uma grande administração a favor do povo de Morretes e do município de Morretes.

Foram estas as razões de sua saída do MDB e do ingresso na ARENA. Foi bem recebido pela ARENA de Morretes, pela totalidade dos políticos e dos homens do Partido da ARENA da localidade. Por aquele grande número de eleitores que votaram na ARENA de Morretes somados àqueles que votaram ao mesmo, no MDB.

Hoje ele está administrando o município de Morretes com a grande maioria de seu povo e acreditamos que até o fim de sua gestão, nas próximas eleições, teremos quase que a totalidade destes habitantes apoiando-o, e os novos candidatos da ARENA em face da grande administração que haverá de realizar com o apoio da ARENA de Morretes, com o apoio do Governo do Estado, e com o nosso apoio, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador). O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência tem a satisfação de renovar o convite aos Srs. Deputados para, na sala das comissões, assistirem uma conferência do eminente Professor Dr. René Dotti, que fará uma análise do Projeto de Lei número 02/77, que diz respeito a alterações que se pretendem introduzir no Código Penal e no Código de Processo Penal.

Já se encontra na sala das comissões e participará da reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 02, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 08/77; Marcando ainda uma sessão ordinária, para sexta-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei números 78/76, 87/76, 03/77 e 09/77. Levanta-se a sessão.